



DEMOCRACIA DA EFICIÊNCIA? A CONSTRUÇÃO DA VOZ OFICIAL DE MICHEL TEMER EM PRONUNCIAMENTO DE POSSE

Leilane Tolentino Stauffer¹
Paula Roberta da Silva Souza²

O DISCURSO E A LEGITIMIDADE DO DIZER

As contribuições da Análise do Discurso de orientação pecheuxiana relacionam a prática discursiva à ideologia. A produção do discurso e as possíveis análises que dele fazemos se situam na articulação entre a linguística, o social, o histórico e o ideológico. Para Pêcheux (2009),

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Portanto, ao compreendermos a linguagem como recurso de mediação entre o sujeito e a realidade social, reconhecemos por que o sujeito e o sentido se constituem concomitantemente, articulando, na língua, a história e a ideologia. Como afirma Orlandi (2012), “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.” (p. 63). Dito isso, o sujeito é concomitante ao sentido em sua construção, o assujeitamento à história, à língua e ao simbólico determina a instância do sujeito e afeta seu uso da língua.

O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. (ORLANDI, 2012, p. 104)

Ao partir de tais premissas, buscamos neste trabalho observar, por meio da Formação Ideológica e Discursiva, como se deu a construção da voz oficial de Michel Temer no discurso durante cerimônia de posse dos ministros de Estado, em maio de 2016. Orlandi (2008) explica que a formação discursiva corresponde ao “lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito” (p. 58). De acordo com a autora, é na formação discursiva que o sujeito se reconhece e que o sentido adquire a unidade. O discurso analisado corresponde ao primeiro pronunciamento de Michel Temer como presidente, após afastamento em definitivo da então presidenta da República, Dilma Rousseff, pelo Senado Federal por meio do processo de *impeachment*. Weber (1999) define o poder como a “probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência” (p.43). Em suas bases, o poder confirma a legitimidade daquele a ocupar um lugar de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).



autoridade, construída a partir de uma dominação consentida das partes (WEBER, 1999). Essa noção nos remete a uma construção dialógica do poder e nos mostra o discurso como aparato de naturalização e veiculação da ideologia nas práticas sociais. Como defende Pêcheux (2009), só há prática discursiva através de e sob uma ideologia. A pesquisa busca, então, refletir as vozes que perpassam o pronunciamento político a partir da textualização do discurso, isto é, dos efeitos de sentido que revelam ideologias e carregam rastros de constructos legitimadores. Busca, assim, analisar a historicidade do texto (ORLANDI, 2012).

A noção de historicidade do texto se revela marcante, sobretudo quando observamos o cenário político brasileiro no qual o discurso foi construído e transmitido. Ao olharmos para o *corpus* para estabelecer percursos metodológicos capazes de captar os processos de construção e, conseqüentemente, de legitimação da voz oficial, deparamo-nos com a expressão “democracia da eficiência”, evocada e sustentada por Michel Temer ao longo do pronunciamento. A noção de historicidade do texto esclarece o motivo do uso – e a força – desse sintagma no contexto político do Brasil. O discurso lido por Michel Temer consagrou o ato de posse do então presidente interino em exercício e ex vice-presidente à cadeira presidencial após a então presidenta afastada, Dilma Rousseff, perder o mandato, condenada por 61 votos favoráveis e 20 contrários no Senado por crime de responsabilidade fiscal, porém habilitada para exercer funções públicas em razão de não ter tido seus direitos políticos cassados. Durante as investigações, parte da população brasileira questionou a condução do processo de *impeachment*, discutindo a fragilidade da democracia brasileira e a observância do julgamento majoritariamente político. A respeito do conceito de democracia, Bobbio (1986) acredita que para uma definição mínima de democracia

não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. (BOBBIO, 1986, p. 20).

O CAMINHO DE LEITURA DA “DEMOCRACIA DA EFICIÊNCIA”

Podemos afirmar que o uso da expressão “democracia da eficiência” está intimamente relacionado ao cenário instalado por meio do processo de *impeachment* e observamos a tentativa do discurso em aplicar a expressão para validar a política econômica proposta pelo governo. Antes de citar o termo, o caminho percorrido pelo discurso sustenta, com o uso de verbos como “reconstruir” e “restaurar”, que é preciso dar eficiência aos gastos públicos. Justifica o uso da expressão em nome do bem-estar da população que ascendeu nos últimos anos.

Porque se, no passado, nós tivemos, por força da Constituição, um período da democracia liberal, quando os direitos liberais foram exercitados amplamente. Se, ao depois, ainda ancorado na Constituição, nós tivemos o desfrute dos chamados direitos sociais, que são previstos na Constituição, num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados. E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência, com o que eu quero contar com o trabalho dos senhores ministros, do Parlamento e de todo o povo brasileiro. (TEMER, 2016).



O que percebemos, contudo, é que as vozes evocadas, nas citações do discurso, são outras. A preferência e a atenção não são direcionadas à população brasileira. Ao defender uma noção de avanço e a necessidade de retomar o crescimento, por exemplo, é possível perceber isso. “Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos.” (TEMER, 2016). Na sequência, outro indício reafirma o direcionamento do discurso a empresários e aos setores privados, primordialmente.

Eu conservo a absoluta convicção de que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos. (TEMER, 2016).

Na sequência, a voz oficial mobiliza a noção de continuidade de projetos para abordar as reformas propostas pelo governo – da previdência e trabalhista, por exemplo, mesmo não sendo explicitamente citadas – já criticadas à época pela extinção de direitos.

[...] aqui mais do que nunca, nós precisamos acabar com um hábito que existe no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito. Ao contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo, completá-los, aprimorá-los e inserir outros programas que sejam úteis para o País. Eu expresso, portanto, nosso compromisso com essas reformas. Mas eu quero fazer uma observação. É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros. (TEMER, 2016).

Percebemos como pontos antagônicos são colocados em diálogo com o objetivo de neutralizar as divergências.

Concentramos, então, nessa análise, em observar as condições de produção da formação discursiva responsáveis por inserir o discurso no âmbito oficial, destacando, na enunciação, indícios dos embates criados com o governo anterior e as diretrizes políticas e ideologias explicitadas no discurso. Orlandi (2008) explica que a formação discursiva se caracteriza como “aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada) determina o que pode e deve ser dito” (p. 58), remetendo à ideia dos procedimentos discursivos apontados por Foucault (1996) que permitem “o controle dos discursos, evitando que todos tenham acesso a eles” (p.37). Tal ideia se aplica ao *corpus* na medida em que conceitos são articulados com terminologias incomuns à administração anterior e se aproximam da hibridização do discurso puramente empresarial com o político, indiciando o alinhamento ideológico com o que Bourdieu (1998) nomeia de “novo capitalismo”.

A noção de novo capitalismo carrega caráter especificamente discursivo, ao ordenar as práticas sociais e trazer ao centro ordens de discurso que servem ao propósito. Outra conexão estabelecida com novo capitalismo no discurso de Temer se apresenta quando o presidente se refere à noção de estado mínimo e afirma: “sabemos que o Estado não pode tudo fazer” (TEMER, 2016).

O que percebemos é que, ao sustentar a expressão da democracia da eficiência, o discurso joga com o conceito oferecido por Bobbio (1986), quando o autor afirma: “o correto funcionamento de um regime democrático apenas é possível no âmbito daquele modo de governar que, segundo uma



tradição que parte dos antigos, costuma ser chamado de ‘governo das leis’” (BOBBIO, 1986, p. 11). Observamos que a construção da voz oficial busca legitimar a figura de Michel Temer e o lugar ocupado por ele, recorrendo constantemente à Constituição Federal. “Quando me pedirem para fazer alguma coisa, eu farei como Dutra: ‘o que diz o livrinho?’ O livrinho é a Constituição Federal.” (TEMER, 2016). Essa frase representa a primeira vez que o presidente reforça a noção da lei e, em seguida, faz o apelo em nome da primeira pessoa do plural: “nós temos de organizar as bases do futuro” (TEMER, 2016). A diante, menciona novamente a Constituição para afirmar que ajudou a redigir o texto. Reforça o legalismo ao dizer:

Os senhores veem que eu insisto muito no tema da Constituição porque, ao meu modo de ver, toda vez que nós nos desviamos dos padrões jurídicos, e o Direito existe, exata e precisamente, para regular as relações sociais, quando nós nos desviamos dos limites do Direito, nós criamos a instabilidade social e a instabilidade política. Por isto eu insisto sempre em invocação do texto constitucional. (TEMER, 2016).

É curioso observar como Temer se coloca como constitucionalista e busca projetar essa imagem no discurso frequentemente. A lei aqui assume a função da busca pela legitimidade, já que parte da discussão do contexto político defende que Michel Temer, para assumir a cadeira presidencial, não conquistou a legitimidade pelo voto. A lei também é evocada, já próximo ao fim do pronunciamento, relacionada a uma voz de ordem e autoridade.

Ora, bem, nós não somos os donos do poder, nós somos exercentes do poder. O poder está definido na Constituição, é do povo. Quando o povo cria o Estado, ele nos dá uma ordem: “Olha aqui, vocês, que vão ocupar os poderes, exerçam-no com harmonia porque são órgãos exercentes de funções”. Ora, quando há uma desarmonia, o que há é uma desobediência à soberania popular, portanto há uma inconstitucionalidade. E isso nós não queremos jamais permitir que se pratique (TEMER, 2016).

Outro aspecto que é mobilizado pela voz oficial, já contornando e construindo os sentidos do sintagma forte “democracia da eficiência”, diz respeito ao apelo de governar em conjunto em nome do votos dos brasileiros. Resgata-se a noção de democracia representativa como recurso de adesão ao próprio governo.

Lá no Congresso Nacional estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, nós temos que governar em conjunto. Então, nós vamos precisar muito da governabilidade e a governabilidade exige — além do que eu chamo de governança que é o apoio da classe política no Congresso Nacional — precisam também de governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. (TEMER, 2016).

Ao final desse parágrafo, a ideologia se revela por meio da linguagem, demonstrando a controvérsia com as defesas apresentadas nos parágrafos anteriores. A voz oficial, no primeiro momento, convida o povo ao diálogo, mas, logo depois, coloca o cidadão na posição de espectador, ao defender os aplausos do povo a medidas que virão a ser tomadas. O verbo vir, conjugado na primeira pessoa do plural, refere-se exclusivamente à classe política.

Temer também valida, por meio da expressão “democracia da eficiência”, promessas calcadas no esforço, como o de remover a inflação, o de promover o que chama de “condições



adequadas” aos olhos dos investidores no Brasil e o de levar uma política econômica geradora de emprego.

De forma muito clara, ao final do discurso, Michel Temer mobiliza o silenciamento do contra argumento, relevando a ideologia não pautada pela participação popular e pelo debate necessário e característico de um regime democrático.

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar. (TEMER, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como defende Orlandi (2013), “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2013, p. 32). Nesse trabalho, buscamos estabelecer a reflexão do sujeito político nas sociedades e na história, não apenas a partir da linguagem. “[...] é em referência à sociedade e à história que pode haver aí ligação, identificação ou transferência, isto é, a existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar.” (ORLANDI, 2012, p. 26).

Paralelamente, na Análise do Discurso, é curioso observar que a opacidade do texto ocupa o lugar central na análise, ou seja, joga-se luz ao que está opaco no texto, buscando identificar, como sugere Orlandi (2012), a presença do político, do simbólico, do ideológico, do funcionamento da linguagem e a inserção da língua na história. A formação discursiva e ideológica desenvolvida no discurso de Michel Temer, ao utilizar a expressão “democracia da eficiência”, enfatiza a voz oficial pautada pela lei, transmitindo a ideia de que a lei é correta e, por insistir em aplicar a lei, o presidente também é correto.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU, P. A reasoned utopia and economic fatalism. *New Left Review*, n. 227, p. 25-30. 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 1996.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*. 4. ed. Campinas : Pontes Editores, 2012.
- _____. *Discurso e Leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009. Tradução de: *Les vérités de la palice*, 1975.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília: UnB, 1999.